



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Terceiro Quadrimestre

2021



19ª LEGISLATURA | 2021 - 2024



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1 ATIVIDADES LEGISLATIVAS	5
1.1 REUNIÕES	8
1.2 PROPOSIÇÕES	9
2 FORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	11
2.1 NÚCLEO DA CIDADANIA	11
2.2 ESCOLA DO LEGISLATIVO	13
3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	15
3.1 DESPESAS FIXADAS PARA O ANO DE 2021	15
3.2 EXECUÇÃO DA DESPESA - 3º QUADRIMESTRE.....	16
3.3 DESPESAS DOS GABINETES PARLAMENTARES.....	27
4 CMBH NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19....	29
4.1 AÇÕES LEGISLATIVAS	29
4.2 AÇÕES ADMINISTRATIVAS	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43

APRESENTAÇÃO

O ano de 2021 marca o início da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), poder legislativo da capital mineira.

A CMBH é composta por 41 vereadores, eleitos a cada quatro anos, e tem como funções fazer leis sobre assuntos específicos da cidade e fiscalizar o trabalho do Poder Executivo Municipal, acompanhando os gastos públicos, avaliando os serviços municipais e sugerindo melhorias nas políticas públicas.

Ademais, a CMBH promove diferentes atividades de formação e de prestação de serviços à população, por meio do Núcleo de Cidadania e da Escola do Legislativo.

Após a criação e instalação do **Ponto de Acolhimento e Orientação à Mulher em Situação de Violência**, ocorrida no quadrimestre anterior, destaca-se no terceiro quadrimestre de 2021 o avanço em defesa dos direitos das mulheres na CMBH, com o pioneirismo na criação da **Comissão Permanente de Mulheres**.

Além dessa introdução, que descreve uma breve apresentação das atividades e composição da CMBH, este relatório de prestação de contas aos cidadãos, com base nos princípios de transparência e publicidade, prevista no art. 10 da Lei nº 11.253/2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento do ano de 2021, será organizada conforme os seguintes parâmetros:

- I - subdivisão das despesas dos programas por pessoal, transferências, custeio e capital;
- II - apresentação, por programa, de uma análise qualitativa da realização das despesas do quadrimestre;
- III - apresentação de informações completas sobre:
 - a) número de reuniões ordinárias, audiências públicas de comissões, reuniões especiais e extraordinárias;
 - b) número de projetos votados, indicações e moções aprovadas;
 - c) despesas totais realizadas por contratos administrativos e de prestação de serviços;
 - d) valores mensais disponíveis para cada gabinete parlamentar referentes ao custeio, à contratação de veículos e servidores de recrutamento amplo;
 - e) outras atividades realizadas no respectivo quadrimestre.

No **Portal da Transparência**¹ da CMBH é possível ter acesso a dados e informações sobre a gestão administrativa e a execução orçamentária e financeira da legislatura atual bem como anteriores.

¹<https://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia-principal>

1 ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Mesa Diretora | Biênio 2021 - 2024

A Mesa Diretora, colegiado composto por seis vereadores, é responsável pela condução do processo legislativo na CMBH. A cada dois anos, a Mesa é eleita pelo conjunto dos 41 parlamentares, e sua composição atende, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos representados na Casa. A composição da Mesa neste biênio é a seguinte:

Presidente	<i>Nely Aquino</i>	<i>PODE</i>
1º Vice-presidente	<i>Henrique Braga</i>	<i>PSDB</i>
2º Vice-presidente	<i>Reinaldo Gomes Preto Sacolão</i>	<i>MDB</i>
Secretário-Geral	<i>Cláudio do Mundo Novo</i>	<i>PSD</i>
1º Secretário	<i>Professor Juliano Lopes</i>	<i>AGIR</i>
2º Secretário	<i>Wilsinho da Tabu</i>	<i>PP</i>

Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas é uma das Comissões permanentes da CMBH, sendo perante ela prestadas as contas dos Poderes Legislativo e Executivo do Município. Neste biênio sua composição é a seguinte:

Efetivos		Suplentes	
Presidente			
<i>Prof. Claudiney Dulim</i>	<i>AVANTE</i>	<i>Juninho Los Hermanos Melo</i>	<i>AVANTE</i>
Vice-Presidente			
<i>Bruno Miranda</i>	<i>PDT</i>	<i>Irlan Melo</i>	<i>PSD</i>
<i>Álvaro Damião</i>	<i>DEM</i>	<i>Fernanda Pereira Altoé</i>	<i>NOVO</i>
<i>Marilda Portela</i>	<i>CIDADANIA</i>	<i>Henrique Braga</i>	<i>PSDB</i>
<i>Pedro Patrus</i>	<i>PT</i>	<i>Fernando Luiz</i>	<i>PSD</i>

Corregedoria

Designado pela presidência da CMBH no início de cada sessão legislativa, o vereador que assume o cargo de corregedor tem a função de auxiliar a presidência na manutenção do decoro e da disciplina, assim como na apuração de qualquer fato relativo ao exercício do mandato.

Corregedor	<i>Dr. Célio Frois</i>	<i>CIDADANIA</i>
-------------------	------------------------	------------------

Ouvidoria

O ouvidor da CMBH é designado pela presidência da Casa para chefiar o serviço de atendimento ao cidadão prestado pela Ouvidoria. O setor é responsável por receber, processar e responder os pedidos de informação, críticas e sugestões encaminhados à CMBH.

Ouvidor

Walter Tosta

PL

Vereadores

LEGISLATURA 2021 – 2024

 Álvaro Damião DEM	 Bella Gonçalves PSOL	 Bim da Ambulância PSD	 Bráulio Lara NOVO	 Bruno Miranda PDT	 Ciro Pereira PTB	 Cláudio do Mundo Novo PSD	 Dr. Célio Frois CIDADANIA
 Duda Salabert PDT	 Fernanda Pereira Altoé NOVO	 Fernando Luiz PSD	 Flávia Borja AVANTE	 Gabriel Sem Partido	 Gilson Guimarães REDE	 Helinho da Farmácia PSD	 Henrique Braga PSDB
 Iran Melo PSD	 Iza Lourença PSOL	 Jorge Santos REPUBLICANOS	 José Ferreira PP	 Juninho Los Hermanos AVANTE	 Léo PSL	 Macaé Evaristo PT	 Marcela Trópia NOVO
 Marcos Crispim PSC	 Marilda Portela CIDADANIA	 Miltinho CGE PDT	 Nely Aquino PODE	 Nikolas Ferreira PROS	 Pedro Patrus PT	 Professor Claudiney Dulim AVANTE	 Professor Juliano Lopes AGIR
 Professora Marli PP	 Ramon Bibiano da Casa de Apoio PSD	 Reinaldo Gomes Preto Sacoão MDB	 Rogério Alkimim PMN	 Rubão PP	 Walter Tosta PL	 Wanderley Porto PATRI	 Wesley PROS
 Wilsinho da Tabu PP							

1.1 REUNIÕES

Plenário

O Plenário é o órgão máximo de decisões do Poder Legislativo, formado pelo conjunto dos 41 vereadores. O órgão se reúne regularmente, nos primeiros 10 dias úteis de cada mês (à exceção de janeiro), para discutir e votar proposições.

Esses encontros são chamados de reuniões plenárias, nas quais são apreciados, também, projetos de resolução, propostas de emenda à Lei Orgânica, requerimentos e proposições similares. A tabela seguir apresenta o número de reuniões plenárias por quadrimestre no ano de 2021.

QUANTIDADE DE REUNIÕES DE PLENÁRIO - ANO DE 2021									
PERÍODO	TOTAL DE REUNIÕES	ORDINÁRIA			EXTRAORDINÁRIA			SOLENE	ESPECIAL
		COM QUORUM	SEM QUORUM	TOTAL	COM QUORUM	SEM QUORUM	TOTAL	TOTAL	TOTAL
1º QUADRIM.	34	30	0	30	2	0	2	1	1
2º QUADRIM.	42	40	0	40	1	0	1	0	1
3º QUADRIM.	43	40	0	40	3	0	3	0	0
ANUAL	119	110	0	110	6	0	6	1	2

Fonte: DIVINP

Comissões parlamentares permanentes

As comissões permanentes são encarregadas de analisar os projetos de lei e outras proposições ou matérias, de acordo com o tema reservado a cada uma delas. A CMBH tem 10 comissões permanentes, divididas por blocos temáticos, sendo oito comissões de mérito, a Comissão de Legislação e Justiça (CLJ) e a Comissão de Participação Popular, com atuações diferenciadas.

A tabela seguir apresenta o quantitativo de reuniões de comissões permanentes no terceiro quadrimestre de 2021.

QUANTIDADE DE REUNIÕES DE COMISSÕES PERMANENTES - 3º QUADRIMESTRE									
COMISSÕES	TOTAL	ORDINÁRIA	EXTRAORDINÁRIA	COM QUORUM	SEM QUORUM	COM AUDIÊNCIA	EXTERNAS	VISITA TÉCNICA	
Administração Pública	18	16	2	19	0	4	0	11	
Desenvolvimento Econômico	20	18	2	20	0	14	0	36	
Direitos Humanos	14	13	1	12	2	8	0	8	
Educação	16	15	1	19	0	9	0	24	
Legislação e Justiça	18	13	5	17	1	0	0	0	
Meio Ambiente	13	12	1	15	0	8	0	27	
Mulheres	15	15	0	12	3	7	0	1	
Orçamento e Finanças	23	17	6	10	13	3	0	0	
Saúde e Saneamento	19	17	2	17	2	11	0	44	
Participação Popular	4	4	0	3	1	1	0	0	
Conjuntas	0			4	1	0	0		
TOTAL	160	140	20	148	23	65	0	151	

Fonte: DIVINP

Comissões parlamentares temporárias

As comissões temporárias são criadas para apreciar determinada matéria ou averiguar um fato específico e eventual, com prazo de duração limitado e variável.

Cada comissão temporária tem uma função específica:

- a **comissão especial** é instalada para analisar uma proposta de alteração da Lei Orgânica (PELO) do Município, para apreciar um veto do prefeito a determinado projeto de lei ou para estudar alguma matéria que não esteja relacionada aos temas das comissões permanentes;
- a **CPI (comissão parlamentar de inquérito)** poderá ser constituída para investigar fato determinado ou acontecimento de relevância para a cidade;
- a **comissão de representação** é instalada para representar a CMBH externamente, em determinada missão, reunião ou congresso;
- a **comissão processante** auxilia os processos de julgamento do prefeito, do vice-prefeito, de secretário municipal ou de vereador, se estes cometerem determinados tipos de infração.

A tabela seguir demonstra a quantidade de reuniões de comissões temporárias no terceiro quadrimestre de 2021.

QUANTIDADE DE REUNIÕES DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS - 3º QUADRIMESTRE					
COMISSÕES	TOTAL	COM QUORUM	SEM QUORUM	COM AUDIÊNCIA	OUTROS EVENTOS
Comissão Especial de Estudo	13	13	0	4	4
CPI	28	25	3	0	13
Comissão Processante	0	0	0	0	0
Comissão Especial de Veto	5	5	0	*	*
Comissão Especial de PELO	1	1	0	*	*

Fonte: DIVINP

Após o detalhamento número de reuniões ordinárias, audiências públicas de comissões, reuniões especiais e extraordinárias ocorridas no segundo quadrimestre, a tabela a seguir tem por objetivo demonstrar de forma sintética um quadro totalizador dos eventos ocorridos durante o ano 2021 agrupado por quadrimestre.

EVENTOS EM 2021 - REUNIÕES POR QUADRIMESTRE												
REUNIÕES	1º QUADRIMESTRE			2º QUADRIMESTRE			3º QUADRIMESTRE			TOTAL DE REUNIÕES NO ANO		
	CONVOCADAS	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	CONVOCADAS	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	CONVOCADAS	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS	CONVOCADAS	REALIZADAS	NÃO REALIZADAS
PLENÁRIAS	34	34	0	42	42	0	43	43	0	119	119	0
COMISSÕES PERMANENTES	101	98	3	156	152	4	160	148	12	417	398	19
COMISSÕES TEMPORÁRIAS	28	24	4	62	60	2	47	44	3	137	128	9
TOTAL DE REUNIÕES	163	156	7	260	254	6	250	235	15	673	645	28

Fonte: DIVINP

1.2 PROPOSIÇÕES

Proposições Normativas

São normativas as proposições apresentadas com a intenção de que se transformem em normas. Incluem o projeto de lei e, por extensão, o veto que venha a ser oposto a ele; o projeto de resolução; a proposta de emenda à Lei Orgânica; a emenda, a subemenda e o substitutivo; e o projeto de decreto legislativo.

- O **Projeto de Lei** é a proposição que pode adquirir a força de uma norma no âmbito do Município, dando origem a uma lei municipal. Depois de aprovado em redação final, é encaminhado sob a forma de proposição de lei à prefeita ou ao prefeito, para sanção ou veto
- O **Projeto de Resolução** é a proposição que visa regular matéria de competência privativa da CMBH.
- A **Proposta de Emenda à Lei Orgânica** é a proposição que visa alterar a Lei Orgânica.

Proposições Não Normativas

São não normativas as proposições apresentadas para interferir no processo legislativo, sugerir medidas às autoridades competentes e manifestar posicionamento sobre fatos, ocorrências ou temas. Integram o conjunto das proposições não normativas o parecer, a proposta de diligência, o recurso, o requerimento, a indicação, a moção e a autorização.

- A **indicação** é a proposição pela qual se sugere a autoridade competente a adoção de medidas de interesse público.
- A **moção** é a proposição pela qual se manifesta apoio, pesar ou protesto em relação a acontecimento ou ato de relevância pública ou social.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de projetos votados, indicações e moções aprovadas no ano de 2021.

NÚMERO DE PROJETOS VOTADOS, INDICAÇÕES E MOÇÕES APROVADAS				
Proposições	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total no Ano
Projetos de Lei Votados	32	33	61	126
Projetos de Resolução Votados	1	8	0	9
Proposta de Emenda a Lei Orgânica Votadas	0	2	0	2
Número de Indicações Aprovadas	96	99	113	308
Número de Moções Aprovadas	9	19	21	49
Total	138	161	195	494

Fonte: DIVINP

2 FORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Enfrentamento ao Coronavírus - Suspensão de atividades com potencial de aglomeração

Com o objetivo de evitar a contaminação do Coronavírus, algumas atividades foram suspensas ou tiveram o funcionamento realizado de forma remota. Todavia, desde o final do mês de agosto, iniciou-se o retorno das atividades presenciais na CMBH.

Com exceção do Refeitório Popular, suspenso em razão de obras na sede do Poder Legislativo, todos os serviços do Núcleo de Cidadania encontram-se abertos ao público: Posto de Atendimento à Mulher vítima de violência, Posto de Identificação (Polícia Civil), Sine, Internet Popular, Conciliação Pré-processual (Papre/TJMG) e Proncon-BH.

2.1 NÚCLEO DA CIDADANIA

Em funcionamento desde 2001, o Núcleo de Cidadania reúne, em um mesmo espaço, diferentes serviços, buscando auxiliar o cidadão na solução de problemas e em atividades cotidianas. Todos os serviços prestados, exceto o de Refeitório Popular, funcionaram regularmente no último trimestre de 2021 no horário de 9h às 17h.

Sistema Nacional de Emprego (Sine)

O posto do Sistema Nacional de Emprego (Sine), instalado no Núcleo de Cidadania da CMBH, foi implantado em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Governo de Minas Gerais²), e oferece ao cidadão a emissão da carteira de trabalho, acesso ao seguro-desemprego e o serviço de cadastramento de trabalhadores para vagas de empregos, encaminhando profissionais para o mercado.

Refeitório Popular

O Núcleo de Cidadania da CMBH abriga também o Refeitório Popular João Bosco Murta Lages, serviço oferecido pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O atendimento ao público do Refeitório Popular do Núcleo de Cidadania encontra-se suspenso tendo em razão da realização de obras para adequação às normas de acessibilidade no Plenário Amyntas de Barros.

² Saiba mais sobre o Núcleo da Cidadania em <https://www.cmbh.mg.gov.br/servicos>

Conciliação Pré-processual (PAPRE/ TJMG)

O Posto de Atendimento Pré-processual (Papre) é uma unidade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) voltada para a conciliação de demandas que ainda não se tornaram judiciais. O Papre é especializado em resolver conflitos por meio do diálogo e da negociação, evitando que esses problemas se tornem ações judiciais e favorecendo a solução mais rápida e pacífica.

Posto de Identificação

O Posto de Identificação, instalado no Núcleo de Cidadania, é resultado de uma parceria entre a CMBH e o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Polícia Civil (PCMG) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública. A unidade oferece os serviços de emissão de Carteira de Identidade (1ª e 2ª vias); e de Atestado de Antecedentes.

Procon-BH

Na unidade do Procon-BH instalada no Núcleo de Cidadania da CMBH, o consumidor pode apresentar suas reclamações sobre qualquer produto ou serviço contratado e que não tenha sido fornecido de maneira satisfatória. O consumidor é informado sobre seus direitos, e a equipe do Procon busca solucionar o problema, administrativamente, junto ao fornecedor, evitando que o caso se transforme em ação judicial. O serviço conta com a parceria da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

Internet Popular

O Núcleo de Cidadania da CMBH oferece ao cidadão, gratuitamente, acesso à internet e serviço de impressão (até cinco folhas por dia). Monitores de informática auxiliam os usuários na utilização dos computadores. Atualmente, estão disponíveis para o público três computadores.

Ponto de Acolhimento e Orientação à Mulher em Situação de Violência

O Ponto de Acolhimento e Orientação à Mulher em Situação de Violência, instalado no Núcleo de Cidadania, é uma parceria entre a CMBH, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

A unidade encontra-se em funcionamento com a previsão de até 20 atendimentos diários para prestação dos seguintes serviços:

- Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), podendo a vítima desde já solicitar as medidas protetivas de urgência previstas em lei;
- Recebimento de orientação jurídica, principalmente no que diz respeito às atividades de repressão e punições.
- Acolhimento social à mulher vítima de violência e, quando necessário, encaminhamento a outras instâncias da rede de atendimento como delegacias de polícia, casas de abrigo, Defensoria Pública, Promotoria da Mulher e centros de atendimento psicológico;

- Solicitação de investigações para apuração de fatos que envolvam violência doméstica/familiar contra a mulher e acompanhamento do andamento das denúncias feitas por meio da unidade.

2.2 ESCOLA DO LEGISLATIVO³

Criada em 2007, a Escola do Legislativo da CMBH atua como uma ferramenta para o fortalecimento da cidadania. Por meio de programas, cursos, palestras e estudos relacionados ao Poder Legislativo, a Escola contribui para a capacitação de agentes políticos, de servidores públicos e da sociedade civil sobre diversos temas de interesse político, institucional e social.

Em virtude do contexto da pandemia algumas das atividades da Escola do Legislativo foram suspensas ou realizadas em contexto remoto, em formato de *live* no *YouTube*.

Parlamento Jovem de Minas

O Parlamento Jovem de Minas é um projeto de formação política voltado a estudantes do ensino médio e superior. Por meio dele, os participantes podem conhecer melhor o funcionamento dos Legislativos Municipal e Estadual, bem como os principais instrumentos de intervenção democrática na vida pública.

A cada ano, um tema de relevância social é debatido pelos jovens, que desenvolvem pesquisas, participam de palestras e de processos formativos sobre o assunto.

Câmara Mirim

O projeto Câmara Mirim é uma iniciativa da CMBH para o desenvolvimento da consciência política e participativa da sociedade, apostando na educação cidadã.

A cada ano, são eleitos 45 vereadores mirins, entre alunos do 3º ciclo do ensino fundamental de escolas das redes municipal, estadual e privada e do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os estudantes passam a se reunir uma vez por mês, na CMBH, onde aprendem sobre processo legislativo, desenvolvem habilidades de oratória e trabalho em equipe, discutem problemas das comunidades e formulam propostas para solucioná-los.

³Saiba mais sobre a Escola do Legislativo em <https://www.cmbh.mg.gov.br/A-C%C3%A2mara/escola-do-legislativo>

Câmara EJA

O projeto Câmara EJA oferece aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), matriculados na rede municipal de ensino, um programa formativo sobre o papel do parlamento na fiscalização de políticas públicas.

Em encontros realizados nas escolas participantes e na CMBH, os estudantes (de várias idades, envolvendo adolescentes, jovens, adultos e idosos) discutem o papel do Poder Legislativo, assim como os mecanismos de atuação parlamentar e de participação cidadã na conformação das políticas públicas e na vivência democrática.

Rede de Conversas

O Rede de Conversas é um projeto que promove encontros virtuais abertos à participação de associações e de escolas das redes municipal, estadual e particular de Belo Horizonte. Realizadas por meio de aplicativos de videoconferência, as reuniões colocam em debate temas ligados ao funcionamento do sistema político e eleitoral brasileiro, bem como a respeito do papel do Poder Legislativo.

Os processos formativos valorizam o diálogo e a expressão juvenil como motores de aprendizado e são planejados em diálogo com as escolas demandantes, de modo a viabilizar ações formativas adaptadas ao perfil de cada turma.

Orçamento Público e Mecanismos de Participação

Cursos semestrais sobre o tema "Orçamento Público e Mecanismos de Participação" buscam capacitar o cidadão a discutir e apresentar sugestões de emendas aos projetos de lei de natureza orçamentária: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei do Orçamento Anual (LOA) e Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

Visite a Câmara

O projeto Visite a Câmara recebe escolas, associações e cidadãos interessados em conhecer a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo. Os participantes realizam visita orientada na sede da CMBH, com apresentação de palestras, seguidas de entrevista com um dos vereadores.

Seminários

A Escola do Legislativo realiza diversos seminários, sobre variados temas de interesse público. Os eventos são sempre gratuitos e abertos a toda a população.

Enfrentamento à Covid-19

A Escola do Legislativo, via SECCAP, em conjunto com a DIVDEP, atua na oferta de formações sobre procedimentos de gestão adaptadas aos contextos de atuação não-presencial. Esse esforço se materializou na realização de grupos de estudo sobre metodologias de educação à distância, bem como na oferta de processos formativos específicos para gestores e para servidores que atuam na facilitação de reuniões remotas.

3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 DESPESAS FIXADAS PARA O ANO DE 2021

A Lei nº 11.277/2020 estimou a receita e fixou a despesa do Município de Belo Horizonte para o exercício financeiro de 2021, sendo destinados ao Legislativo Municipal créditos orçamentários correspondentes a **R\$ 277.015.900,00**. Durante o exercício a Câmara transferiu ao Poder Executivo, o valor de **R\$ 28.000.000,00**, por meio da abertura do crédito adicional especial em favor do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal de Alimentação Escolar – FMAE, conforme Decreto 17.796/2021. Devido a essa transferência, o orçamento total do Poder Legislativo foi reduzido para **R\$ 249.015.900,00**.

Os valores da despesa orçamentária fixada para este exercício, após remanejamentos autorizados pela LOA, foram aplicados em cinco Projetos/Atividades e classificados em razão a natureza econômica. Tabela 1 apresenta a subdivisão das despesas dos programas por natureza da despesa.

TABELA 1 - ORÇAMENTO DISTRIBUIDO POR ATIVIDADES \ NATUREZA DA DESPESA

PROJETOS / ATIVIDADES	ORÇAMENTO INICIAL (LOA)		ORÇAMENTO ATUALIZADO		DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL
	R\$	%	R\$	%	PESSOAL	TERCEIRIZAÇÃO	SERVIÇOS	CUSTEIO	INVESTIMENTOS
2001 Execução da Atividade Institucional	239.344.400,00	86,40%	223.812.400,00	89,88%	175.910.600,00	28.515.300,00	15.591.000,00	1.122.000,00	2.673.500,00
3003 Encargos com Inativos do Legislativo	12.415.900,00	4,48%	12.415.900,00	4,99%	12.415.900,00	-	-	-	-
2920 Transparência e Comunicação	12.872.600,00	4,65%	3.172.600,00	1,27%	-	-	3.122.600,00	50.000,00	-
2921 Modernização da Infraestrutura Tecnológica	1.004.000,00	0,36%	1.036.000,00	0,42%	-	-	-	-	1.036.000,00
2922 Modernização da Infraestrutura Física	11.379.000,00	4,11%	8.579.000,00	3,45%	-	-	-	-	8.579.000,00
TOTAL	277.015.900,00	100,00%	249.015.900,00	100,00%	188.326.500,00	28.515.300,00	18.713.600,00	1.172.000,00	12.288.500,00

Fonte: DIVGEF

O valor fixado de **R\$ 223.812.400,00** para o projeto/atividade **2001 – Execução da Atividade Institucional**, que representa **89,88%** do total dos créditos autorizados, tem o objetivo suportar os gastos com a manutenção das atividades da casa legislativa, tais como folha de pagamento, locação de mão de obra, serviços terceirizados, serviços de informática, locação de veículos, máquinas e equipamentos, serviços de abastecimento de água e esgotamento, energia elétrica, telefonia, dentre outros.

Para o projeto **3003 – Encargos com Inativos do Legislativo** foram fixados **R\$ 12.415.900,00**, que representam **4,99%** do orçamento total, vinculados exclusivamente a itens da folha de pagamento de servidores aposentados.

Com a publicação da Lei Municipal nº 8.139/2000, a folha de pagamento dos servidores que se aposentaram após 28/12/2000 é custeada pela Previdência Municipal (Art. 2º, § único); enquanto a folha de pagamento dos servidores que se aposentaram antes de 28/12/2000 é custeada pela CMBH (art. 2º, caput) e, portanto, integrante do orçamento do legislativo.

O projeto/atividade **2920 – Transparência e Comunicação** incorpora os gastos relacionados a divulgação de interesse público em jornais oficiais e de grande circulação, divulgação das atividades parlamentares e publicidade institucional. Para o ano foi fixado o valor de **R\$ 3.172.600,00**, que corresponde a **1,27%** do orçamento anual.

O projeto/atividade **2921 – Modernização da Infraestrutura Tecnológica** busca investimentos na melhoria e modernização da infraestrutura tecnológica do poder legislativo com substituição de computadores obsoletos e aquisição novas ferramentas de sistemas de informática. Sendo assim, fixou-se o valor de **R\$ 1.036.000,00**, que representa **0,42%** do orçamento total.

Por fim, com o objetivo de reestruturar, ampliar, corrigir e efetuar adaptações de acessibilidade ao edifício sede da CMBH foi fixado para o projeto/atividade **2922 – Modernização da Infraestrutura Física** o montante de **R\$ 8.579.000,00**, que representa **3,45%** do orçamento total.

3.2 EXECUÇÃO DA DESPESA -3º QUADRIMESTRE

Dentro da proposta orçamentária aprovada para o exercício de 2021, a execução das despesas no 3º trimestre é demonstrada de forma geral na Tabela 2.

TABELA 2 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR PROJETO ATIVIDADE

Atividade / Projeto	Orçamento Atualizado	1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre		Acumulada		Saldo	
<i>Execução da Atividade Institucional</i>	223.812.400,00	58.892.997,63	26,3%	60.945.930,34	27,2%	71.000.251,72	31,7%	190.839.179,69	85,3%	32.973.220,31	14,7%
<i>Encargos com Inativos do Legislativo</i>	12.415.900,00	3.644.037,68	29,3%	3.644.037,68	29,3%	4.555.047,10	36,7%	11.843.122,46	95,4%	572.777,54	4,6%
<i>Transparência e Comunicação</i>	3.172.600,00	5.538,03	0,2%	14.143,86	0,4%	15.330,83	0,5%	35.012,72	1,1%	3.137.587,28	98,9%
<i>Modernização da Infraestrutura Tecnológica</i>	1.036.000,00	-	0,0%	-	0,0%	5.800,95	0,6%	5.800,95	0,6%	1.030.199,05	99,4%
<i>Modernização da Infraestrutura Física</i>	8.579.000,00	4.927,60	0,1%	16.500,00	0,2%	107.793,69	1,3%	129.221,29	1,5%	8.449.778,71	98,5%
Total	249.015.900,00	62.547.500,94	25,1%	64.620.611,88	26,0%	75.684.224,29	30,4%	202.852.337,11	81,5%	46.163.562,89	18,5%

Fonte: DIVGEF

Durante o 3º trimestre foram executados (liquidados) **R\$ 75.684.224,29**, correspondendo, portanto, à realização de **30,4%** do orçamento, o que resulta um acumulado no ano de **R\$ 202.852.337,11**, ou seja, até o final de dezembro foram liquidados **81,5%** do orçamento fixado para o ano de 2021.

O saldo disponível de **R\$ 46.163.562,89** constitui o resultado do valor atualizado do orçamento menos os valores liquidados, ou seja, **R\$ 249.015.900,00** subtraindo o montante de **R\$ 202.852.337,11**.

Tal resultado é composto por uma parcela de **R\$ 18.609.559,79** de empenhos não liquidados até o final do ano, mais **R\$ 27.554.003,10** de uma sobra orçamentária de créditos não empenhados.

Conforme descrito no tópico anteriormente apresentado, o orçamento foi estruturado em cinco Projetos/Atividades e classificados em razão a natureza econômica, sendo elas, em despesas correntes (pessoal, terceiros, serviços e custeio) e despesas de capital (investimentos).

Com o propósito de observar o impacto dos grupos de despesas dentro dos projetos/atividades bem como no orçamento total, as análises serão apresentadas subdivididas em: **despesas de pessoal; despesas com terceirização; despesas com serviços; despesas de custeio e investimentos.**

A tabela 3, a seguir, apresenta a execução das despesas por natureza econômica no período.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO POR NATUREZA ECONÔMICA - 3º QUADRIMESTRE				
GRUPOS DE DESPESAS	DESPESA ATUALIZADA		DESPESA EXECUTADA	
Despesas com Pessoal	188.326.500,00	75,6%	65.010.516,91	26,1%
Terceirização	28.515.300,00	11,5%	7.465.597,50	3,0%
Serviços	18.713.600,00	7,5%	2.815.966,10	1,1%
Custeio	1.172.000,00	0,5%	241.657,71	0,1%
Investimentos	12.288.500,00	4,9%	150.486,07	0,1%
TOTAL	249.015.900,00	100,0%	75.684.224,29	30,4%

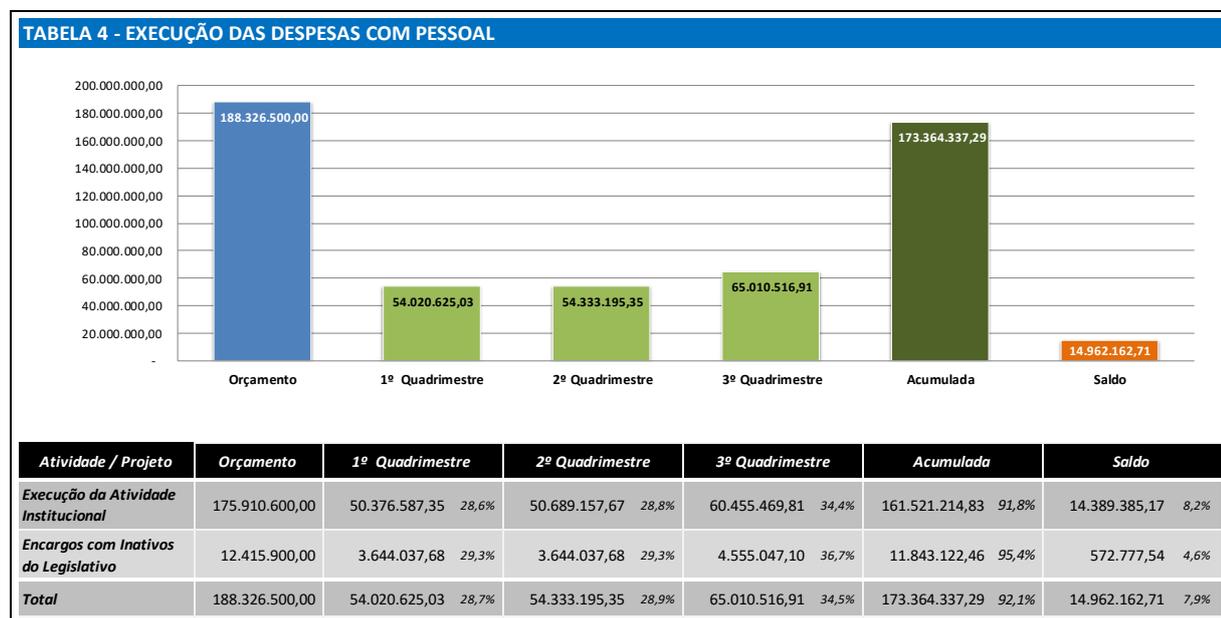
Fonte: DIVGEF

Observa-se por essa demonstração que as despesas com pessoal, incluindo os inativos, apresentam a maior representatividade no orçamento, sendo responsável de 75,6% da previsão anual.

Despesas com Pessoal

O grupo “Despesas com Pessoal” tem impacto direto nas atividades institucionais, bem como nos encargos com inativos. Nesse grupo orçamentário é considerada a previsão anual de gastos com os servidores efetivos, de recrutamento amplo, exonerados, de outros órgãos à disposição desta Casa, aposentados, vereadores, horas-extras, substituição de chefia, auxílio-creche, auxílio-funeral, auxílio-alimentação, plano de saúde, bem como os gastos com a contribuição patronal para o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social e para o Fundo Previdenciário Municipal.

A tabela 4 apresenta a evolução da execução das despesas com pessoal no período.



Fonte: DIVGEF

Os gastos no quadrimestre com “Pessoal” – R\$ 65.010.516,91 – representaram 34,5% dos R\$ 188.326.500,00 de créditos autorizados para esse grupo de despesa.

Dessa forma, acumula-se um total de R\$ 173.364.337,29 que representa 92,1% do orçamento fixado para o exercício. Desse montante, cabe destacar que R\$ 11.843.122,46 foram destinados à folha de pagamento de servidores aposentados.

A seguir, na tabela 4.1, é possível observar o detalhamento dos gastos com o pessoal ocorrido no terceiro quadrimestre de 2021.

TABELA 4.1 - DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL - 3º QUADRIMESTRE

VENCIMENTOS E VANTAGENS	51.682.201,34	79,5%
VENCIMENTOS	40.937.894,90	63,0%
PROVISÕES DE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	10.458.843,65	16,1%
AUXÍLIO DOENÇA	248.806,74	0,4%
LICENÇA MATERNIDADE	36.656,05	0,1%
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS	9.515.494,00	14,6%
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - REGIME GERAL (INSS)	5.135.652,96	7,9%
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - REGIMES PROPRIOS	4.379.841,04	6,7%
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	3.812.821,57	5,9%
SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIAS E HORAS EXTRAS	110.620,60	0,2%
ACERTO DE EXONERADOS / INDENIZAÇÕES	282.761,59	0,4%
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	3.238.485,33	5,0%
AUXÍLIO CRECHE, FUNERAL E PLANO DE SAÚDE	180.954,05	0,3%
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	-	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	65.010.516,91	100,0%

Fonte: DIVGEF

Na demonstração acima, observa-se que o gasto de maior representatividade nas despesas com pessoal é na conta de “Vencimentos” responsável por **63%** dos valores executados, ou seja, dos **R\$ 65.010.516,91** gastos com despesas com pessoal no 3º quadrimestre, **R\$ 40.937.894,90** foram comprometidos com o pagamento dos vencimentos dos servidores e vereadores.

A tabela 4.2 detalha a composição dos servidores e os respectivos valores executados no terceiro quadrimestre.

TABELA 4.2 - DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM VENCIMENTOS - 3º QUADRIMESTRE

VENCIMENTOS		
PESSOAL EFETIVO	16.825.124,59	41,1%
PESSOAL DE RECRUTAMENTO AMPLO	16.549.934,72	40,4%
PROVENTOS DOS APOSENTADOS	3.644.037,68	8,9%
SUBSÍDIOS DOS VEREADORES	3.017.931,28	7,4%
PESSOAL A DISPOSIÇÃO	900.866,63	2,2%
TOTAL DAS DESPESAS COM VENCIMENTOS	40.937.894,90	100,0%

Fonte: DIVGEF

Nota-se que dos **R\$ 40.937.894,90** gastos com o pagamento de vencimentos, pouco mais de **81%** foi comprometido com os servidores efetivos e de recrutamento amplo.

Despesas com Terceirização

O grupo “Terceirização” lista todos os gastos com locação de mão de obra e outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

A tabela 5 apresenta a evolução da execução das despesas com terceirização no período.

TABELA 5 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO



Atividade / Projeto	Orçamento	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Acumulada	Saldo
Execução da Atividade Institucional	28.515.300,00	6.607.357,74 23,2%	7.348.828,03 25,8%	7.465.597,50 26,2%	21.421.783,27 75,1%	7.093.516,73 24,9%
Total	28.515.300,00	6.607.357,74 23,2%	7.348.828,03 25,8%	7.465.597,50 26,2%	21.421.783,27 75,1%	7.093.516,73 24,9%

Fonte: DIVGEF

Os gastos acumulados no ano de 2021 com “Terceirização” – **R\$ 21.421.783,27** – representaram **75,1%** do total dos créditos autorizados com esse tipo de despesa em 2021, desse montante, **R\$ 7.465.597,50** foram realizados no terceiro quadrimestre.

A seguir, na tabela 5.1, é possível observar o detalhamento das despesas com locação de mão de obra e outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

TABELA 5.1 - DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO - 3º QUADRIMESTRE

LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	6.392.085,77	85,6%
LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	569.147,05	7,6%
LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA	1.268.841,83	17,0%
SERVÍÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.937.213,97	52,7%
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	581.225,00	7,8%
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	35.657,92	0,5%
OUTRAS LOCAÇÕES DE MÃO-DE-OBRA	-	0,0%
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATOS	1.073.511,73	14,4%
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL TERCEIRIZADOS	1.073.511,73	14,4%
TOTAL DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO	7.465.597,50	100,0%

Fonte: DIVGEF

Observa-se na tabela acima que os gastos com maiores representatividade dentro do grupo, correspondem aos de Serviços Apoio Administrativos e a Locação de Serviços de Vigilância, com **52,7%** e **17,0%** respectivamente.

Despesas com Serviços

O grupo “Despesas com Serviços” agrupa todos os gastos com serviços de abastecimento de água e esgoto, energia, telefonia, correios, manutenção de equipamentos, serviços de terceiros, serviços de informática, além de outras despesas que não são classificadas nos demais grupos. Esse tipo de despesa tem impacto direto nos Projetos/Atividades de Institucionais e da Transparência e Comunicação.

A tabela 6 demonstra a evolução da execução das despesas com serviços no período.

TABELA 6 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

Atividade / Projeto	Orçamento	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Acumulada	Saldo
Execução da Atividade Institucional	15.591.000,00	1.815.472,35 11,6%	2.825.843,15 18,1%	2.802.936,27 18,0%	7.444.251,77 47,7%	8.146.748,23 52,3%
Transparência e Comunicação	3.122.600,00	5.538,03 0,2%	14.143,86 0,5%	13.029,83 0,4%	32.711,72 1,0%	3.089.888,28 99,0%
Total	18.713.600,00	1.821.010,38 9,7%	2.839.987,01 15,2%	2.815.966,10 15,0%	7.476.963,49 40,0%	11.236.636,51 60,0%

Fonte: DIVGEF

Os gastos acumulados no ano de 2021 com “Serviços” – **R\$ 7.476.963,49** – representaram 40,0% do total dos créditos autorizados com esse tipo de despesa em 2021.

No terceiro quadrimestre foram realizados **R\$ 2.815.966,10** do total dos créditos autorizados para esse grupo de despesa.

O valor de **R\$ 13.029,83** no Projeto/Atividade Transparência e Comunicação, executado no terceiro quadrimestre, está relacionado com a contratação de empresas para a prestação de serviços de publicação, em jornais diários de grande circulação no Brasil, de avisos de editais e de outros comunicados relacionados a licitações.

A seguir, na tabela 6.1, é possível observar o detalhamento das despesas com contratação de serviços que compõem esse grupo.

TABELA 6.1 - DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM SERVIÇOS - 3º QUADRIMESTRE		
SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍCAS / P. FÍSICAS	2.335.425,95	82,9%
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	1.207.719,85	42,9%
ENERGIA ELÉTRICA	359.740,42	12,8%
ÁGUA E ESGOTO	172.438,59	6,1%
TELECOMUNICAÇÕES, CORREIOS E TELÉGRAFOS	23.806,84	0,8%
LOCAÇÃO DE COPIADORAS E IMPRESSORAS	42.736,56	1,5%
LOCAÇÃO E MANUTEÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	126.474,79	4,5%
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	402.508,90	14,3%
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	467.510,32	16,6%
SERVIÇOS TÉCNICOS, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	256.889,04	9,1%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES	104.272,62	3,7%
LOCAÇÃO E MANUTEÇÃO DE SOFTWARES	87.878,66	3,1%
DEMAIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	18.470,00	0,7%
TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO	13.029,83	0,5%
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	-	0,0%
DIVULGAÇÃO DE EDITAIS E COMUNICADOS OFICIAIS	13.029,83	0,5%
SERVIÇOS GRÁFICOS	-	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS COM SERVIÇOS	2.815.966,10	100,0%

Fonte: DIVGEF

Observa-se no detalhamento que **82,9%** dos gastos estão relacionados aos serviços de terceiros – pessoa jurídicas/físicas, no qual a despesa de locação de veículos apresenta-se como o de maior representatividade.

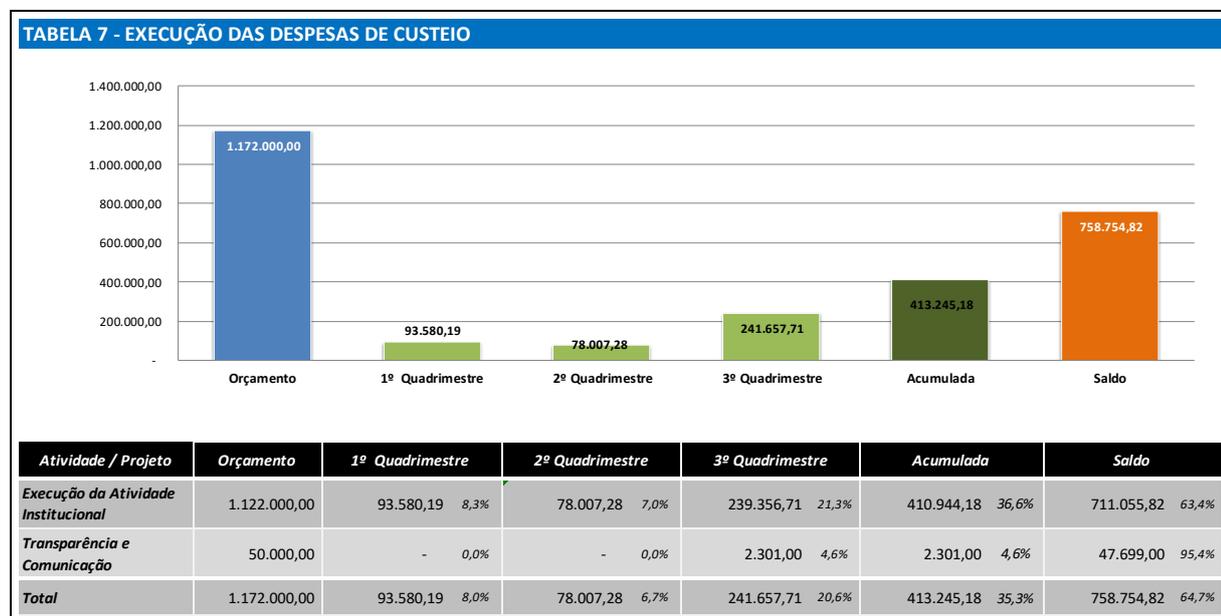
Compõe-se ainda o grupo de “Serviços” os gastos de serviços de tecnologia da informação, com **16,6%** e as despesas com transparência e comunicação com **0,5%**.

Despesas com Custeio

No valor correspondente ao crédito autorizado do grupo “Despesas de Custeio”, estão incluídos todos os gastos com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias e material para distribuição gratuita, bem como despesas de exercícios anteriores excluídas as

despesas com pessoal. Esse tipo de despesa tem impacto direto nos Projetos/Atividades de Institucionais e da Transparência e Comunicação.

A tabela 7 demonstra a evolução da execução das despesas com custeio no período.



Os gastos acumulados no ano com “Custeio” – **R\$ 413.245,18** – representaram **35,3%** do total de crédito de **R\$ 1.172.000,0** autorizados com essa natureza de despesa em 2021. Desse montante, **R\$ 241.657,71** representam despesas liquidadas no terceiro quadrimestre.

A seguir, na tabela 7.1, é possível observar o detalhamento das despesas com aquisição de materiais que compõem esse grupo.

TABELA 7.1 - DETALHAMENTO DAS DESPESAS DE CUSTEIO - 3º QUADRIMESTRE

MATERIAL DE CONSUMO	239.356,71	99,0%
MATERIAL PARA ESCRITÓRIO	49.907,96	20,7%
MATERIAL DE LIMPEZA / MATERIAL DE COPA E COZINHA	50.683,60	21,0%
MATERIAL HOSPITALAR / LABORATORIAL E ODONTOLÓGICO	5.577,72	2,3%
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	27.644,40	11,4%
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	82.957,53	34,3%
DEMAIS DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO	22.585,50	9,3%
TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO	2.301,00	1,0%
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR	2.301,00	1,0%
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	-	0,0%
DIÁRIAS	-	0,0%
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA	-	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO	241.657,71	100,0%

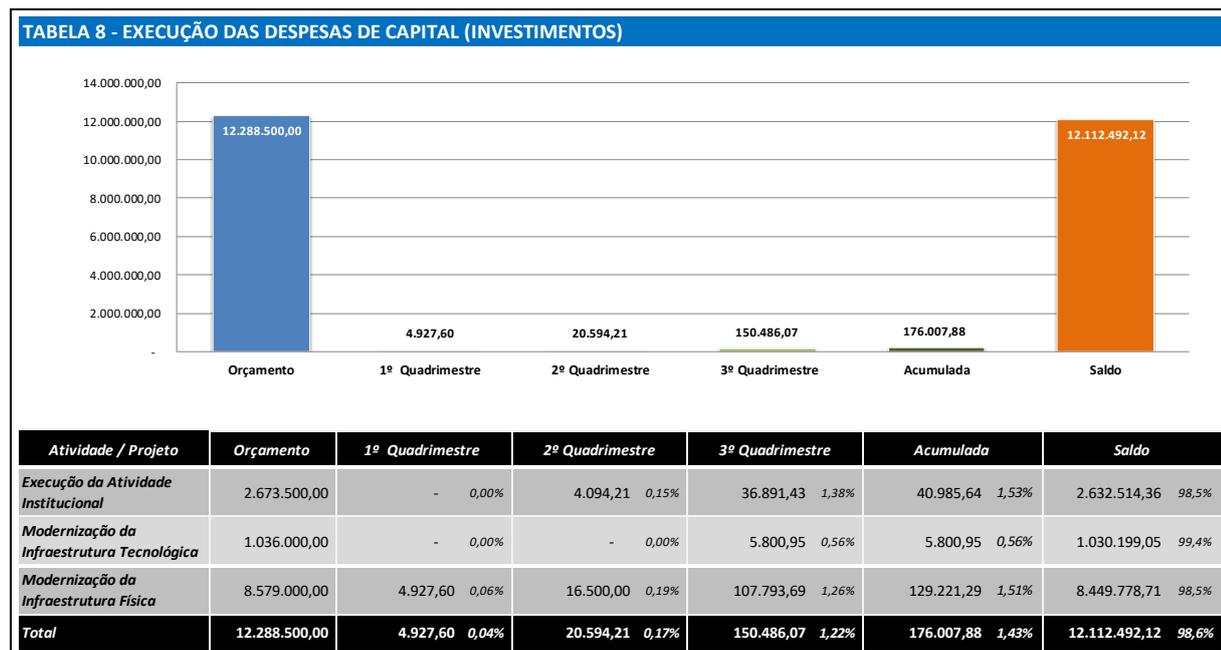
Fonte: DIVGEF

A tabela acima revela que os gastos de maior representatividade no grupo, no terceiro quadrimestre, estão concentrados nas despesas com manutenção de bens móveis e imóveis.

Investimentos

Em relação ao grupo “Investimentos”, estão incluídos os gastos com o planejamento e a execução de obras e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Esse tipo de gastos tem impacto direto nos Projetos/Atividades de Institucionais, modernização da infraestrutura tecnológica e física.

A tabela 8 demonstra a evolução da execução dos investimentos no período.



Fonte: DIVGEF

Até o final do ano foram executados apenas **R\$ 176.007,88** o que representa **1,43%** dos valores previstos.

No terceiro quadrimestre de 2021, os gastos com “Investimentos” – **R\$ 150.486,07** – representaram **1,22%** dos **R\$ 12.288.500,00** autorizados para esse tipo de despesa.

O total dos gastos será detalhado na tabela 8.1 a seguir, na qual se observa que os **R\$ 107.793,69** do valor realizado foram investidos no Projeto de Modernização da Infraestrutura Física para reforma, ampliação e correção estrutural do prédio.

TABELA 8.1 - DETALHAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL (INVESTIMENTOS) - 3º QUADRIMESTRE

EXECUÇÃO DA ATIVIDADE INSTITUCIONAL	36.891,43	24,5%
OBRAS E INSTALAÇÕES - PROJETOS E ESTUDOS	24.138,62	16,0%
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	12.752,81	8,5%
OUTROS MATERIAIS E SERVIÇOS CLASSIFICADOS COMO INVESTIMENTOS		0,0%
MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	5.800,95	3,9%
AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES	5.800,95	3,9%
AQUISIÇÃO DE SOFTWARES		0,0%
MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA	107.793,69	71,6%
REESTRUTURAÇÃO DO TELHA DO PRÉDIO - ALAS "A" e "B"	-	0,0%
AMPLIAÇÃO DA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA	-	0,0%
REFORMA, AMPLIAÇÃO E CORREÇÃO ESTRUTURAL DO PRÉDIO	-	0,0%
ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE AO PRÉDIO E DO PLENÁRIO AMYNTHAS DE BARROS	107.793,69	71,6%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (INVESTIMENTOS)	150.486,07	100,0%

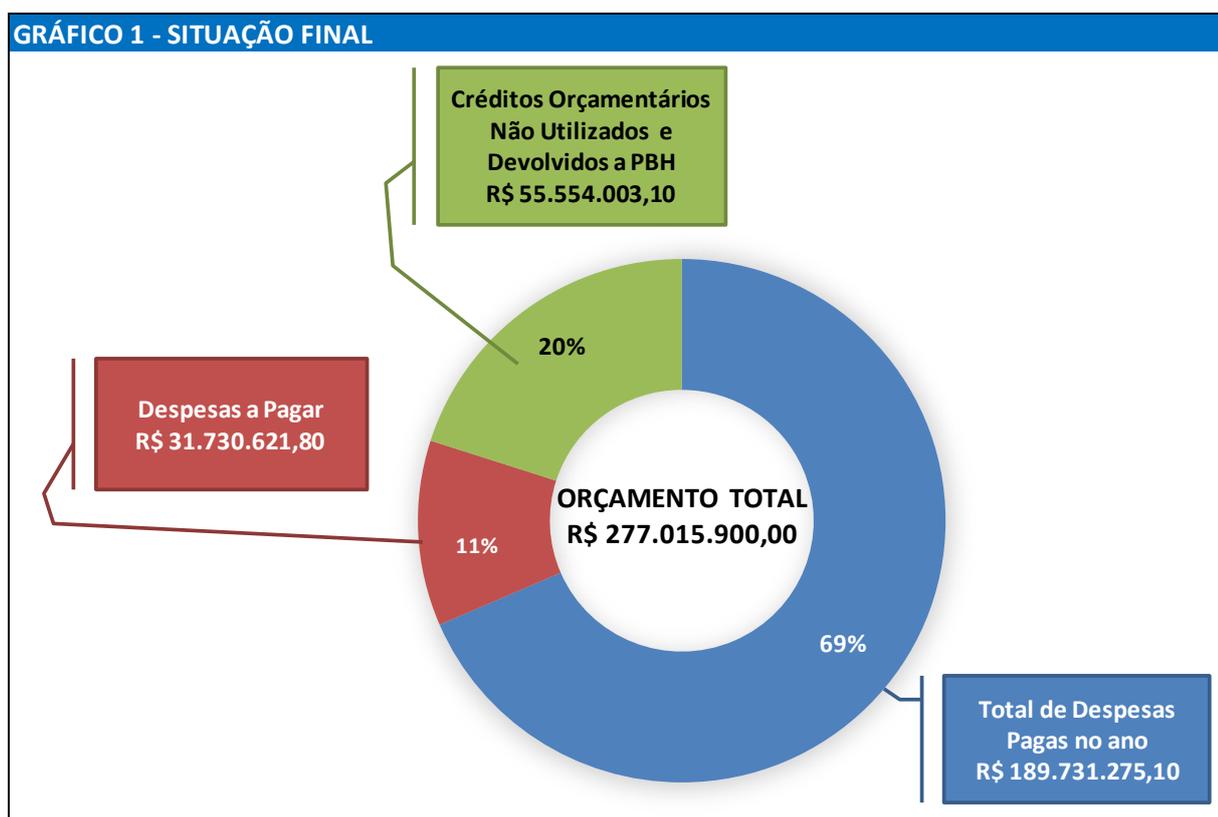
Fonte: DIVGEF

O valor gasto refere-se à contratação de empresa para promover a adaptações de acessibilidade ao prédio e do Plenário Amynthas de Barros.

Situação Final da Execução Orçamentária em 2021

Conforme anteriormente descrito, a Lei Orçamentária do Município de Belo Horizonte destinou ao Legislativo Municipal créditos orçamentários correspondentes a **R\$ 277.015.900,00**.

Ao finalizar o exercício financeiro de 2021 a situação orçamentária poderá ser demonstrada de forma resumida no gráfico 1 a seguir.



Observa-se que 80% do orçamento foi executado em 2021, da seguinte forma: foram empenhados **R\$ 221.461.896,90**, dos quais **R\$ 189.731.275,10** (69%) foram liquidados e pagos dentro do próprio exercício financeiro, restando o montante de **R\$ 31.730.621,80** (11%) inscritos como Restos a Pagar, sendo que desse último total, foram liquidados e não pagos **R\$ 13.121.062,01**.

A sobra orçamentária de **R\$ 55.554.003,10**, correspondente aos 20% de créditos não executados, sendo que: **R\$ 28.000.000,00** foram remanejados a favor do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal de Alimentação Escolar – FMAE, conforme Decreto 17.796/2021 e o restante de **R\$ 27.554.003,10** foram creditados na conta do tesouro municipal.

Acrescenta-se ainda que, logo no início do exercício, após envio pela PBH de informação sobre a efetiva arrecadação em 2020, constatou-se que, ao limite das despesas para o Poder Legislativo, poderiam ser acrescidos até o montante de **R\$ 19.621.440,63**, todavia, esse valor foi renunciado pela Mesa Diretora da CMBH em fevereiro/2021. Assim, o total economizado pelo Poder Legislativo no exercício, ainda pendentes a apuração dos restos a pagar a serem anulados, constitui **R\$ 75.175.443,73**.

Cumprimentos de limites legais de gastos com pessoal

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - LC 101/200

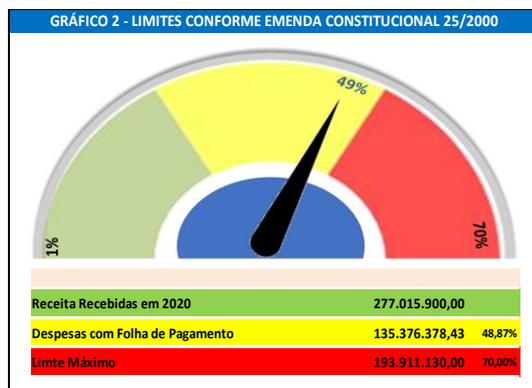
Conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal a Câmara Municipal não poderá gastar mais do que 6% da Receita Corrente Líquida do Município com despesa total de pessoal.

Considera-se despesa total de pessoal, o somatório das despesas com o Pessoal Ativo; Pessoal Inativo e Pensionistas e outras despesas de pessoal decorrente de contratos terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do Art. 19 da LRF).

Limite Constitucional - §1º do Art. 29-A da CF/88

O parágrafo 1º do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Câmara Municipal não poderá gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo o gasto com vereadores. Entende-se por folha de pagamento as despesas com pessoal – exceto os gastos com pessoal inativo, encargos e outras despesas de pessoal decorrente de contratos terceirização ou de contratação de forma indireta

Os gráficos a seguir apresenta a situação da Câmara de BH em relação ao cumprimento dos limites legais.



Conforme demonstrado no gráfico 2 acima, a Câmara de BH executou **R\$ 135.376.378,43**, ou seja, **48,87%** da Receita Recebida em 2021 com a folha de pagamento no ano, portando encontra-se dentro de uma faixa satisfatória do limite estabelecido.

O gráfico 3 por sua vez, demonstra um gasto de **R\$ 170.093.023,80** com despesas de pessoal no ano de 2021, portando encontra-se dentro de uma faixa confortável dos limites legais estabelecidos pela LRF.

3.3 DESPESAS DOS GABINETES PARLAMENTARES

Custeio

A verba indenizatória, que custeava as despesas do mandato parlamentar, foi extinta na CMBH em 2015, por meio da Resolução 2076/2015.

Dessa forma, as necessidades para o exercício do mandato são satisfeitas diretamente pela CMBH, nos termos da legislação federal (Lei de Licitações e Contratos nº 8666/93) e observadas regulamentações definidas pela Mesa Diretora da CMBH

Conforme estabelecido pelas Deliberações 3/2016, 6/2016, 18/2016, 2/2017, 1/2018 e 2/2019; são assegurados diretamente pela CMBH a estrutura, os serviços e os materiais necessários para o exercício dos mandatos parlamentares. A instituição disponibiliza a cada vereador um gabinete individual, instalado em seu edifício-sede, equipado com mobiliário e demais recursos de informática necessários ao seu funcionamento.

Além do gabinete, a CMBH oferece serviços e materiais complementares a cada um dos vereadores, mediante processos de aquisição definidos nos termos da legislação federal de licitações:

- I - Material de escritório;
- II - Material de informática;
- II – Carimbos;
- IV - Serviço de locação veicular;
- V - Serviço gráfico;
- VI - Serviços Postais;
- VII - Materiais de Copa.

Despesas com alimentação, consultoria e manutenção de escritório externo de representação parlamentar não são custeadas com recursos públicos.

Estrutura de Remuneração do Vereador

O salário pago aos vereadores tem o nome de subsídio, conforme definido pela Constituição Federal. O subsídio pago ao vereador é definido ao final de cada legislatura, com efeito para os quatro anos subsequentes.

O subsídio atual é:

Subsídio mensal bruto	R\$ 18.402,02
Desconto para INSS (14% sobre 6.101,06 - teto do INSS)*	R\$ 751,97
Desconto de Imposto de Renda (27,5%)	R\$ 3.984,40
Subsídio mensal líquido (*)	R\$ 13.665,65

* com dedução de R\$ 141,05 de acordo com a nova tabela progressiva de INSS

(*) Desse subsídio mensal líquido se abate, ainda, percentual devido por cada vereador a seu respectivo partido, em percentual variável conforme o estatuto correspondente.

Servidores de recrutamento amplo

Aos 41 gabinetes parlamentares é facultado o direito à contratação de até 15 Assessores Parlamentares para apoio ao desenvolvimento de atividades institucionais e de mandato, além de um Atendente Parlamentar, um Auxiliar Legislativo e um Chefe de Gabinete Parlamentar, totalizando, no máximo, 18 servidores contratados em cada gabinete.

Ao gabinete da Presidência é permitida a contratação de outros 5 (cinco) Assessores Parlamentares, somando 20 Assessores Parlamentares. Além deles, é facultada também a contratação de um Atendente Parlamentar, um Auxiliar Legislativo, um Chefe de Gabinete Parlamentar, um Atendente da Presidência, um Chefe de Gabinete da Presidência e um Secretário da Presidência, totalizando, no máximo, 26 servidores contratados no Gabinete da Presidência.

Estrutura da Remuneração de Servidores Comissionados de gabinetes

Vencimento-base (valor atualizado):

Nível	Cargo	Valor R\$
1	(Auxiliar Legislativo)	1.265,43
4	(Atendente da Presidência e Atendente Parlamentar)	3.022,87
5	(Secretário da Presidência)	4.329,46
8	(Chefe de Gabinete da Presidência e Chefe de Gabinete Parlamentar)	12.578,67

Assessor Parlamentar: Pode ter até 25 atribuições. A cada atribuição corresponderá o valor de R\$ 337,63 (trezentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos) ou de R\$ 675,26 (seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos), conforme a jornada fixada seja de 6 (seis) ou 8 (oito) horas diárias, observando-se como limite mínimo o salário mínimo e como limite máximo o equivalente ao vencimento fixado para o cargo de Diretor Geral.

Base legal: art. 148, § 1º, e anexos I e IV, da Lei Municipal nº 7.863/1999

4 CMBH NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19

A pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários do século. Seus efeitos vêm produzindo repercussões não apenas de ordem epidemiológica, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos.

A seguir detalham-se as ações legislativas e administrativas da CMBH ao enfrentamento a COVID-19.

4.1 AÇÕES LEGISLATIVAS

Diante do cenário pandêmico, as atividades legislativas da CMBH resultaram ainda em 2020 em 33 Projetos de Leis; 81 indicações; 32 audiências públicas realizadas e a criação de uma Comissão Especial de Estudos.

No ano de 2021, as ações legislativas deram continuidade ao enfrentamento a Covid-19 e, até o momento, foram aprovadas 5 Leis; foram protocolados 16 Projetos de Leis; encaminhadas 79 indicações; realizadas 38 audiências públicas. Ainda no exercício de 2021 foi mantida a da Comissão Especial de Estudos sob o tema e instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a atuação e utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Município.

Abaixo encontram-se discriminados os atos legislativos referentes ao tema produzidos no exercício de 2021.

Leis

Lei 11.330/2021 - Dispõe sobre a classificação de igrejas, templos e santuários religiosos como serviço essencial.

Lei 11.327/2021 - Altera legislação relativa a vencimentos de servidores municipais e estabelece gratificação de incremento das Ações do Plano Municipal de Saúde.

Lei 11.315/2021 - Estabelece novas medidas de incentivo à regularização tributária e à recuperação da atividade econômica do Município, em razão das consequências da epidemia da covid-19.

Lei 11.314/2021 - Institui o Programa Auxílio Belo Horizonte, para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19.

Lei 11.290/2021 - Ratifica o protocolo de intenções, firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus, além de medicamentos, insumos e equipamentos na área da Saúde.

Projetos de Lei

PL 245/2021 - Garante a paciente que apresenta sintomas persistentes e repercussão funcional pós-covid-19 acesso à assistência terapêutica integral no SUS no Município.

PL 229/2021 - Institui o programa Auxílio Transporte Belo Horizonte para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19.

PL 225/2021 - Dispõe sobre medidas de acesso e controle em eventos no município de Belo Horizonte e das outras providências.

PL 213/2021 - Institui sanção administrativa de multa para pessoa que fraudar a comprovação da vacinação contra o Coronavírus SARS-CoV-2 e/ou resultado de exame para Covid-19 e dá outras providências.

PL 187/2021 - Institui o Programa Municipal de Qualificação Profissional - QualificaBH- no âmbito do Município de Belo Horizonte.

PL 177/2021 - Dispõe sobre a criação de Programa de Provisão de Auxílio Psicoterápico aos alunos e profissionais de educação da rede municipal de ensino de Belo Horizonte quando do retorno às atividades presenciais nas unidades escolares e em função do período de isolamento social devido à pandemia do novo Coronavírus, na forma que menciona.

PL 165/2021 - Estabelece pena pecuniária a ser aplicada pelo não cumprimento da ordem cronológica de vacinação.

PL 164/2021 - "Dispõe sobre a destinação da sobra da vacina contra o COVID-19 (coronavírus) e estabelece outras providências."

PL 159/2021 - Institui o programa Auxílio Belo Horizonte, para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19.

PL 127/2021 - Autoriza o Executivo a criar o Abono Covid-19 para servidores e empregados públicos municipais da área da saúde e da assistência social que estejam atuando em medidas de combate à calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, enquanto perdurarem os efeitos do estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte

PL 103/2021 - Reconhece as atividades educacionais como essenciais no Município de Belo Horizonte.

PL 101/2021 - Autoriza o Poder Executivo do Município de Belo Horizonte a comprar vacinas e insumos com vistas a cumprir cronograma de vacinação do SUS e imunizar a toda a população de Belo Horizonte contra a Covid 19.

PL 97/2021 - Altera as Leis nº 1.310, de 31 de dezembro de 1966, nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, nº 5.839, de 28 de dezembro de 1990, nº 7.031, de 12 de janeiro de 1996, nº 8.468, de 30 de dezembro de 2002, nº 8.616, de 14 de julho de 2003, e nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003, e estabelece novas medidas de incentivo à regularização tributária e à recuperação da atividade econômica do Município, em razão das consequências da epidemia da covid-19.

PL 71/2021 - Ratifica o protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacina para combate à pandemia do coronavírus, medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde.

PL 68/2021 - Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência à prioridade na vacinação contra a covid-19 no Município.

PL 57/2021 - Dispõe sobre o direito do idoso à prioridade na vacinação contra a covid-19.

Indicações

Indicação 218/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a implementação do requerimento de apresentação do cartão de vacina que conste a vacinação relacionada a Covid-19

Indicação 191/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a tomada de providências no sentido de garantir a vacinação contra a COVID-19 de crianças e adolescentes, acima de 12 anos, com comorbidades, como Diabetes Lantus ou Diabete tipo 1.

Indicação 186/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que seja dada atenção especial ao setor de eventos, com a promoção de estudo específico para a criação de um programa municipal emergencial de retomada do setor.

Indicação 184/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que adote políticas públicas no sentido de promover reforço escolar para alunos do ensino público municipal, devido aos impactos negativos trazidos pela pandemia por covid-19 ao sistema educacional do município.

Indicação 181/2021 - Indicação ao Executivo para sugerir o aumento, respeitando-se os protocolos de segurança da Covid-19, na quantidade de pessoas que prestam suas homenagens a entes queridos e amigos, em velórios e sepultamentos nos cemitérios municipais de Belo Horizonte.

Indicação 179/2021 - Indicação ao Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão 846/21, para sugerir a vacinação dos estudantes bolsistas em outros países.

Indicação 176/2021 - Indicação ao Executivo para sugerir a priorização dos profissionais da Estética, englobando cabeleireiros, manicure, pedicure, podologia, limpeza de pele, massagem facial, maquiagem e depilação na vacinação contra a Covid-19, independente da idade.

Indicação 173/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam priorizados, na vacinação contra a Covid-19, os profissionais dos eventos e artes, destacadamente, músicos, *roadies*, técnicos de som, produtores, empresários de bandas, donos de cada de música ao vivo e espetáculos, funcionários das casas, atores e funcionários de teatro.

Indicação 172/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que as crianças transplantadas estejam dentre os grupos prioritários do plano de vacinação contra a Covid-19 em Belo Horizonte.

Indicação 171/2021 – Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam antecipados, na vacinação contra a Covid-19, os profissionais da Educação de Belo Horizonte, assim como a elaboração de um plano de vacinação para os alunos da Rede Municipal de Educação.

Indicação 167/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 728/21, para sugerir que sejam incluídos, no Plano Municipal de Vacinação, os instrutores de trânsito de todos os Centros de Formação de Condutores de Belo Horizonte.

Indicação 163/2021 - Indicação ao Executivo para sugerir a priorização dos médicos veterinários, enfermeiros e todos os profissionais que atuam em clínicas para animais e pet shops na vacinação contra a Covid-19 independente da idade, visto a superexposição a que são submetidos e pela peculiaridade das suas atuações.

Indicação 162/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a não obrigação de exigência de prescrição médica para gestantes e puérperas sem comorbidade, no que diz respeito à campanha de vacinação contra a Covid-19 de Belo Horizonte.

Indicação 159/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 641/21, para sugerir medidas a serem adotadas visando resguardar as mulheres grávidas, puérperas e lactantes à exposição e aos efeitos da COVID-19.

Indicação 158/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam realizadas algumas adaptações nos critérios de vacinação de grávidas e puérperas, no sentido de agilizar o processo de imunização desse grupo.

Indicação 151/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a ampliação do grupo prioritário, gestante e puérperas sem comorbidades, da campanha de vacinação de Belo Horizonte a fim de contemplar lactantes com filhos de até 6 (seis) meses.

Indicação 149/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para que sejam priorizados, na vacinação contra a Covid-19, independentemente de idade, os (as) trabalhadores de estabelecimentos essenciais identificados no decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, destacadamente os motofretistas e motoboys, os trabalhadores de supermercados, hipermercado, padaria, sacolão, mercearia, hortifrúti, armazém, açougue e os frentistas de postos de combustível.

Indicação 145/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam incluídos no Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19, em caráter emergencial, os bancários do setor público e privado.

Indicação 144/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão dos porteiros(as) como prioridade na vacinação contra a COVID 19.

Indicação 143/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão de todos os profissionais de imprensa como prioridade na vacinação contra a COVID 19.

Indicação 136/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão dos professores de cursos livres, que consistem em professores de língua estrangeira, professores de academia, professores de música, professores de natação, dentre outros, como prioridade na vacinação contra a COVID-19.

Indicação 135/2021 - Indicação ao Secretário de Saúde de Belo Horizonte, Jackson Machado Pinto, para sugerir a criação de um mecanismo de informação, no site da Prefeitura, que oriente as mulheres gestantes e puérperas com comorbidades, sobre os postos de saúde que possuem as vacinas adequadas para a aplicação neste segmento da população.

Indicação 134/2021 - Indicação à Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Máira da Cunha Pinto Colares, para sugerir a implementação do programa de testagem quinzenal e de vacinação dos trabalhadores do serviço de atenção socioassistencial à população em situação de rua e que pertencem ao Fórum dos Trabalhadores do SUAS junto com a Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte.

Indicação 133/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que os oficiais de justiça, federais e estaduais, sejam incluídos entre as prioridades do plano de vacinação contra a Covid-19 em Belo Horizonte.

Indicação 130/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam incluídos no Plano Municipal de Vacinação contra COVID-19, em caráter emergencial: 1- Os professores de cursos livres, de idiomas e preparatórios. 2- Os professores residentes em Belo Horizonte e que lecionam em escolas na RMBH.

Indicação 129/2021 - Indicação ao Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão 508/21, para sugerir que seja firmado Termo de Parceria e/ou instrumento congênere com associações garantidoras de créditos, reconhecidas pela Associação Nacional das Garantidoras de Crédito - ANGAR, com a finalidade principal de criar mecanismos facilitadores de garantia de crédito aos microempreendedores individuais e às micro e pequenas empresas no município de Belo Horizonte. A medida visa ocorrências de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo Estadual, enquanto perdurar tal situação.

Indicação 128/2021 - Indicação ao Prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão 509/21, para sugerir que as máscaras de proteção contra a Covid-19 distribuídas pela Prefeitura para a população de Belo Horizonte sejam as PFF2, N95.

Indicação 127/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que altere a ordem de vacinação estipulada pelo PNI (Plano Nacional de Imunização), definindo como prioridade de vacinação os funcionários do sistema prisional, trabalhadores da educação e forças de segurança e salvamento, antes da população carcerária.

Indicação 126/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a distribuição de máscaras PFF2/N95 para todos os profissionais da rede pública de educação.

Indicação 113/2021 - Indicação ao Executivo para requisitar a priorização dos Assistentes Sociais e todos os profissionais que atuam nos programas de assistência social na vacinação contra a Covid-19, independente da idade.

Indicação 112/2021 - Indicação ao Executivo para sugerir prioridade às lactantes sem comorbidades na vacinação contra a Covid-19.

Indicação 111/2021 - Indicação ao Executivo para sugerir medidas e ações necessárias para o pagamento do teto do adicional de insalubridade bem como para a criação de adicional específico para todos os profissionais que atuam na área de enfermagem do Município de Belo Horizonte, visto a superexposição destes profissionais à COVID-19

Indicação 110/2021 - Indicação ao Prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil para sugerir a criação de um Projeto de Lei, baseado na Lei Federal nº 14.151 de 12 de maio de 2021, que tenha como objetivo determinar o afastamento das atividades de trabalho presencial as servidoras gestantes durante o período da pandemia, contemplando tanto as servidoras em regime de trabalho estatutário quanto as de contratos temporários.

Indicação 108/2021 - Indicação ao Executivo para sugerir a prioridade dos trabalhadores dos serviços públicos essenciais em nossa cidade no que tange à vacinação contra a Covid19, independentemente da idade, visto se tratar de um dos grupos atuantes na linha de frente contra a pandemia.

Indicação 107/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam incluídos no Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19, em caráter emergencial, os frentistas dos postos de combustíveis.

Indicação 106/2021 – Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam incluídos no Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19, em caráter emergencial, as trabalhadoras domésticas, diaristas, faxineiras e arrumadeiras.

Indicação 105/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir providências sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das populações em situação de vulnerabilidade e risco social no contexto da pandemia do Coronavírus (COVID-19), em retorno às questões apresentadas na audiência pública realizada no dia 29/04/2020.

Indicação 102/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que os postos de aplicação de vacina destinem as sobras do dia da vacina contra o Covid-19 aos profissionais da educação.

Indicação 101/2021 - Indicação ao Executivo para sugerir a urgente manutenção do telhado do Centro de Saúde Marco Antônio Menezes, na Avenida Petrolina 869/871, devido a goteiras que dificultam e impedem o trabalho normal e acesso dos usuários durante as vacinações contra a Covid-19.

Indicação 98/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a priorização dos trabalhadores da Política Municipal de Assistência Social para vacinação contra a Covid-19.

Indicação 97/2021 - Indicação ao Prefeito Municipal Alexandre Kalil para sugerir análise do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 sobre a extensão do horário proposto para o funcionamento dos bares de Belo Horizonte, implementando o mesmo horário usado quando da etapa anterior de flexibilização ocorrida em 2020, bem como análise sobre o retorno da música ao vivo nos bares de Belo Horizonte.

Indicação 89/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que os postos de aplicação de vacina destinem as sobras do dia da vacina contra o Covid-19 aos profissionais de educação.

Indicação 84/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a autorização de realização de cultos e celebrações presenciais em ocupação a 30% da capacidade do templo religioso.

Indicação 82/2021 - Indicação ao Executivo para sugerir que seja realizado diagnóstico psicológico por meio de questionários e entrevistas com objetivo de pesquisar e mapear os impactos psicológicos de enfrentamento à covid-19 em profissionais de saúde e trabalhadores da área de saúde da Prefeitura.

Indicação 79/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão dos conselheiros tutelares no grupo prioritário de imunização do plano de vacinação contra a Covid-19.

Indicação 76/2021 - Indicação ao Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, para sugerir a desnecessidade de apresentação do atestado médico quando a pessoa com deficiência, inclusa no grupo de risco, for cadastrada e possuir o prontuário médico no Posto de Saúde em que compareceu para a imunização.

Indicação 73/2021 - Indicação ao Prefeito para sugerir que realize vacinação contra Covid-19 no Município de Belo Horizonte durante todos os feriados e finais de semana até que todo o Município seja vacinado, bem como amplie o horário de vacinação para o turno da noite.

Indicação 69/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que promova uma campanha na qual os locais de vacinação contra a Covid-19 passem a receber alimentos não perecíveis doados

de maneira voluntária pelas pessoas que estão sendo vacinadas e que estes alimentos possam ser repassados às famílias afetadas pela crise causada pela pandemia de Covid-19.

Indicação 68/2021 - Indicação ao Executivo para requisitar a priorização dos dentistas, técnicos de saúde bucal, enfermeiros, técnicos de enfermagem na vacinação contra a Covid-19, independente da idade.

Indicação 66/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a realização de um programa de doação de alimentos em todos os postos de vacinação contra Covid-19.

Indicação 65/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para solicitar a criação do calendário para vacinação dos integrantes da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte.

Indicação 64/2021 - Indicação ao Executivo para requisitar a prioridade de Pessoas com Deficiência (PcD's) contra Covid-19, independente da idade, priorizadas mediante o grau de deficiência, visto se tratar de um dos grupos com maiores complicadores no que tange à saúde, inerentes a sua própria condição.

Indicação 62/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para requisitar a priorização de médicos(as) na vacinação contra a Covid-19, independente da idade, visto os casos de superexposição a que são submetidos pela peculiaridade das suas atuações.

Indicação 61/2021 - Indicação ao Prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil para que seja realizada a inclusão dos motoristas de ônibus do transporte público, operadores de caixa de todos os serviços considerados essenciais, taxistas, motoristas de aplicativos, seguranças privados e policiais penais, como prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Indicação 60/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão de profissionais odontológicos, prioritariamente aqueles que atuam em clínicas de atendimento 24 horas, no rol dos profissionais de saúde para recebimento imediato da vacina de imunização ao COVID-19, independentemente se a clínica é de origem pública ou privada.

Indicação 57/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que intensifique a divulgação e a transparência da vacinação na Capital.

Indicação 54/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a intensificação da fiscalização do transporte público da capital, com o fim de garantir que sejam cumpridas as medidas contidas no Decreto nº 17.362, de 22 de maio de 2020, no que se refere aos procedimentos de prevenção ao contágio da Covid-19.

Indicação 51/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que seja realizada inclusão dos profissionais da coleta de lixo, motoboy e guarda civil municipal do Município de Belo Horizonte como prioridades na vacinação contra a COVID-19.

Indicação 49/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil, para sugerir a inclusão de absorventes higiênicos nas cestas básicas distribuídas pela Prefeitura de Belo Horizonte a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, para substituir a alimentação escolar ou para atender famílias que tiveram acesso à renda prejudicado durante o período da pandemia de Covid-19.

Indicação 27/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão dos profissionais da educação do Município de Belo Horizonte como prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Indicação 26/2021- Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão dos trabalhadores do transporte público coletivo municipal no grupo de pessoas prioritárias para vacinação da Covid-19, fase um.

Indicação 24/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a continuidade do auxílio emergencial, uma vez que a situação de calamidade pública trazida pela pandemia do Covid-19 subsiste.

Indicação 23/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos no grupo de pessoas prioritárias para vacinação da Covid-19, fase um.

Indicação 22/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão de pessoas com deficiência no grupo de pessoas prioritárias para vacinação da Covid-19, fase um.

Indicação 21/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão dos trabalhadores operacionais da SLU: gari de varrição, gari de coleta, gari de atividades suplementares e motoristas que trabalham diretamente na atividade de limpeza urbana operacional no grupo de pessoas prioritárias para vacinação da Covid-19, fase um.

Indicação 20/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a inclusão de profissionais da educação no grupo de pessoas prioritárias para vacinação da Covid-19, fase um.

Indicação 19/2021 - Indicação ao Prefeito para requerer protocolo exclusivo para eventos sociais (casamentos e aniversários de família) até o limite de 40% (quarenta por cento) do espaço, não ultrapassando o limite de 200 (duzentas) pessoas durante o período da pandemia.

Indicação 18/2021 - Indicação ao Presidente da República Jair Messias Bolsonaro para sugerir a continuidade do auxílio emergencial, uma vez que a situação de calamidade pública trazida pela pandemia do Covid-19 subsiste.

Indicação 17/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão 39/21, para sugerir que seja criada uma propaganda institucional, em caráter informativo, aos usuários das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da capital, em relação aos testes rápidos de Covid-19.

Indicação 15/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir a prorrogação do prazo das licenças dos feirantes da tradicional feira do Mineirão, cujo funcionamento está suspenso desde o início da pandemia.

Indicação 14/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam priorizados, na vacinação contra o COVID-19, os profissionais da educação de Belo Horizonte, assim como a elaboração de plano de vacinação para os alunos da rede municipal de educação.

Indicação 13/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que seja apresentado à cidade de Belo Horizonte um Plano Municipal de Enfrentamento à COVID-19.

Indicação 12/2021 - Indicação ao Governador Romeu Zema para sugerir a elaboração de estudo técnico, visando a produção de vacinas contra a COVID-19 pela Fundação Ezequiel Dias - FUNED.

Indicação 10/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam incluídos, de forma prioritária, no Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19, os profissionais dos setores de transportes de ônibus, metrô, trens, aplicativos e táxis.

Indicação 9/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que seja incluída no Plano Municipal de Vacinação, de caráter emergencial, contra a COVID-19 uma campanha de valorização e divulgação do Sistema Único de Saúde.

Indicação 8/2021 - Indicação a ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que sejam incluídos no Plano Municipal de Vacinação contra COVID-19, em caráter emergencial, os seguintes grupos prioritários, na primeira fase da imunização, além daqueles já apontados pelo relatório do Conselho Nacional de Saúde: população indígena não aldeada; povos ciganos, quilombolas e demais comunidades tradicionais; pessoas com deficiência; jovens em medidas socioeducativas; pessoas inseridas em comunidades terapêuticas; pessoas em atendimento nos espaços de saúde mental; população em situação de rua; população em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em condições precárias de moradia; trabalhadores do transporte público; trabalhadores da Superintendência de Limpeza Urbana; catadores de materiais recicláveis; trabalhadores da educação; trabalhadores de estabelecimentos de comércio essenciais, como farmácias e supermercados; trabalhadores da assistência social; trabalhadores de abrigos municipais; gestantes e puérperas em situação de exposição à contaminação.

Indicação 6/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que seja realizado, em caráter de urgência, um plano de socorro ao comércio de Belo Horizonte, a fim de mitigar prejuízos diante das perdas causadas pela pandemia e traçar estratégias para recuperação do setor, assim como a redução e isenção de impostos como o IPTU, taxa de engenho de publicidade, fiscalização, dentre outros que incidem diretamente no comércio.

Indicação 4/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir análise de decisão em relação ao fechamento do comércio na capital.

Indicação 3/2021 - Indicação ao Prefeito Alexandre Kalil para sugerir que toda e qualquer verba destinada ao carnaval de Belo Horizonte seja revertida para a saúde, tendo em vista a situação de pandemia ocasionada pelo Covid-19.

Audiências Públicas

03/12/2021 - Assunto: Prorrogação de prazo para troca de veículos vai facilitar a retomada das atividades de transporte escolar.

03/12/2021 - Assunto: Regras para comercialização de produtos por ambulantes no carnaval em debate.

11/11/2021 - Assunto: Escolas e blocos pedem definição sobre possível realização do Carnaval 2022.

25/10/2021 - Assunto: Empreendedores expõem dificuldades para recuperar negócios e empregos com impacto da pandemia.

18/10/2021 - Assunto: Empreendedores acreditam que desburocratização vai ajudar retomada econômica.

10/09/2021 - Assunto: Atualização do CadÚnico, meio de acesso a benefícios sociais durante a pandemia foram tema de debate.

03/09/2021 - Assunto: Combate a evasão escolar na pandemia é tratado na Comissão de Educação.

27/08/2021 - Assunto: Possível descontinuidade do Projeto Canto de Rua.

- 26/08/2021 - Assunto: Abandono escolar.
- 13/08/2021 - Assunto: Sobrecarga de trabalho das mulheres e desigualdade.
- 05/08/2021 - Assunto: Auxílio financeiro para alunos da rede municipal.
- 03/08/2021 - Assunto: Riscos sanitários na venda de animais no Mercado Central.
- 29/07/2021 - Assunto: Queda de repasses para Universidades Públicas afeta PIB municipal.
- 23/07/2021 - Assunto: Burocracia na busca de auxílio da Lei Aldir Blanc.
- 15/07/2021 - Assunto: Comunidade escolar pleiteia retomada gradual do programa Escola Aberta.
- 14/07/2021 - Assunto: Profissionais da saúde apontam condições precárias de trabalho e baixa remuneração.
- 30/06/2021 - Assunto: Falta de investimento em habitação e déficit de moradias em contexto de pandemia.
- 29/06/2021 - Assunto: Entidades defendem assistência, moradia e reinserção social para moradores em situação de rua.
- 25/06/2021 - Assunto: Salário, valorização profissional e jornada de trabalho de enfermeiras.
- 22/06/2021 - Assunto: Vulnerabilidade do idoso a situações de violência aumenta na pandemia.
- 16/06/2021 - Assunto: Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social pedem prioridade na vacinação.
- 07/06/2021 - Assunto: Comunidade indígena denuncia maior vulnerabilidade na pandemia.
- 02/06/2021 - Assunto: Oitiva do Presidente da BHTrans em CPI sobre repasses a empresas de ônibus durante a pandemia.
- 02/06/2021 - Assunto: Funcionários da MGS temem perder emprego e denunciam exposição ao vírus da covid-19.
- 02/06/2021 - Assunto: Empresas de eventos de pequeno porte pleiteiam protocolo de retorno às atividades.
- 26/05/2021 - Assunto: Apresentação pelo Secretário de Saúde de dados sobre ações e serviços no combate à pandemia.
- 24/05/2021 - Assunto: Trabalhadores do transporte público cobram prioridade na vacinação.
- 24/05/2021 - Assunto: Entidades cobram atualização de cadastro, garantia de direitos e imunização da população em situação de rua.
- 20/05/2021 - Assunto: Convocação da Secretária de Educação para responder sobre retorno às aulas presenciais.
- 19/05/2021 - Assunto: Vacinação de professores, protocolos sanitários e volta às aulas.
- 13/05/2021 - Assunto: Reivindicação pelos Sindicatos de testagem e vacinação amplas e condições para o teletrabalho.
- 30/04/2021 - Assunto: Subsecretária de Educação debate protocolos para volta às aulas.

27/04/2021 - Assunto: Dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas no período da pandemia.

25/03/2021 - Assunto: Vereadores seguem sem respostas sobre preparação das escolas para futuro retorno durante a pandemia.

15/03/2021 - Assunto: Situação de famílias removidas da Ocupação Marielle Franco, no bairro Castelo, em plena pandemia.

05/03/2021 - Assunto: Situação do mercado de eventos e atividades culturais diante da pandemia.

25/02/2021 - Assunto: Protocolos sanitários para retorno às aulas presenciais nas escolas de BH.

18/02/2021 - Assunto: Consequências do fechamento prolongado das escolas e urgência do reinício das atividades.

Comissão Especial de Estudo - Enfrentamento da Covid-19

Uma Comissão Especial de Estudo foi criada para promover o acompanhamento das medidas implementadas pelo Município para o enfrentamento à pandemia da covid-19 e seus reflexos, bem como para apresentar medidas que viabilizem a reabertura escalonada das atividades econômicas.

A Comissão foi extinta, por deliberação de seus membros, presentes em sua última reunião do dia 16/07/2021.

Repasse Financeiro

Em 2020 a CMBH repassou ao Poder Executivo o total de R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais) sendo: R\$ 57 milhões de sobra orçamentária e valores extraorçamentários referentes ao exercício de 2019; e outros R\$ 60 milhões de sobra orçamentária e valores extraorçamentários referentes ao exercício de 2020.

Neste ano de 2021, a Casa renunciou o montante de R\$19.621.440,63 que deveria integrar seu orçamento anual em razão da arrecadação municipal acima da prevista na Lei do Orçamento Anual (LOA) 2021.

Além disso, a CMBH repassou à PBH o total de R\$ 60.000.000,00, sendo que R\$ 2.648.353,12 referentes a valores extra orçamentários, R\$ 9.583.371,56 referente à sobre orçamentária de 2020 e R\$ 47.768.275,32, referente à sobre orçamentária de 2021. Esses valores foram destinados ao custeio parcial de despesas geradas pela Lei 11.314/2021 que instituiu o Programa Auxílio Belo Horizonte, para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19.

Todos os valores repassados e renunciados são resultado de monitorada redução de gastos no Legislativo Municipal e aumento na eficiência da gestão financeira da CMBH. Esses repasses e têm o objetivo de unir esforços ao Poder Executivo e garantir a proteção da população contra o vírus e a recuperação da economia da cidade, que sofreu as consequências das medidas de prevenção à propagação da doença.

4.2 AÇÕES ADMINISTRATIVAS

As ações administrativas internas tiveram como propósito evitar a propagação da Covid-19 e, assim, proteger toda a comunidade, parlamentares, colaboradores, familiares e visitantes.

A seguir relacionam-se as medidas de enfrentamento adotadas pela gestão da CMBH, desde o dia 17/09/2020 (com a publicação da Deliberação 5/20, substituída pela Deliberação 14, em 30/08/2021) até o final do exercício.

Criação do Comitê de Prevenção, Acompanhamento e Controle da Covid-19

Esteve em funcionamento o Comitê de Prevenção, Acompanhamento e Controle do Covid-19, a fim de acompanhar o quadro epidemiológico do coronavírus, com competência para propor medidas administrativas necessárias para prevenção e controle do contágio no âmbito da CMBH. O Comitê composto por três vereadores, o diretor-geral, o procurador-geral, o superintendente de Segurança e Inteligência, a superintendente de Comunicação Institucional, o diretor do Processo Legislativo, a diretora de Administração e Finanças, o diretor de Recursos Humanos, o chefe da Seção Médica, a chefe da Divisão de Gestão Administrativa e o médico responsável técnico da Casa exerceu suas funções até o 30/08/2021. A tramitação dos processos referentes a assuntos vinculados à pandemia ocorre em regime de urgência e prioridade em todos os setores da CMBH.

Suspensão de atividades com potencial de aglomeração

Durante o mesmo período foram canceladas audiências públicas, visitas técnicas, reuniões solenes e programas de promoção de cidadania realizados pela Escola do Legislativo, como Câmara Mirim, Parlamento Jovem e Visite a Câmara. Também foram suspensos por tempo indeterminado os serviços do Núcleo de Cidadania, inclusive o Refeitório Popular. As atividades do Núcleo foram retomadas no segundo semestre de 2021.

Limitação da circulação

Em função do risco de contaminação, a CMBH restringiu a entradas de pessoas em seu prédio sede. O acesso foi restrito a vereadores, servidores, terceirizados, profissionais de veículos de imprensa, assessores de entidades e órgãos públicos, fornecedores e empregados que prestam serviços na Casa. Também foram autorizadas a circular pessoas convocadas ou convidadas por requerimento aprovado por comissão ou pelo Plenário, além de pessoas devidamente autorizadas. A partir de agosto/2021 o acesso ao público externo foi liberado, mas em horário reduzido.

Álcool em gel e higienização dos espaços

Visando a higienização de servidores e frequentadores, foram disponibilizados recipientes de álcool gel antisséptico em todas as entradas do prédio e dos Plenários, e nos demais pontos

principais da Casa. No último trimestre, ainda foram instalados em todos os banheiros suporte contendo álcool para higienização dos sanitários.

Foi determinada a vigilância permanente para a execução frequente e rigorosa de limpeza e desinfecção de superfícies e espaços (elevadores, banheiros, corrimãos, maçanetas, mesas e outros equipamentos utilizados na CMBH). Os técnicos de segurança do trabalho orientaram a ocupação das mesas nos setores, mediante solicitação das chefias, a fim de permitir o distanciamento nas atividades presenciais e garantir a segurança dos servidores e demais trabalhadores.

Fornecimento de máscaras

Foram fornecidas aos servidores/colaboradores que se encontram em trabalho presencial na instituição máscaras em tecido, mediante indicação das chefias. Conforme decreto municipal, o acessório é exigido em todo espaço público da cidade.

Também foi providenciada a compra de outros insumos necessários, como equipamentos para os profissionais de saúde (avental descartável, óculos de proteção) e/ou de outras áreas cujas atividades demandassem tal medida.

Grupos de risco em casa

Até setembro/2021, a fim de assegurar a proteção dos vereadores e servidores enquadrados nos grupos de risco, foram autorizados a trabalhar em casa pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e gestantes, dispensada a necessidade de perícia médica. Servidores com doenças crônicas também puderam executar suas atividades em casa, mediante apresentação de comprovação médica acerca da doença. Com o retorno gradual das atividades, manteve-se a garantia as gestantes de trabalho remoto e ainda aos demais servidores mediante orientação médica.

Teletrabalho

Foi estabelecido o regime de trabalho remoto ou à distância dos servidores, por tempo indeterminado, ficando as atividades presenciais na sede da Casa restritas ao mínimo necessário.

A adoção desse regime de trabalho, que é novidade para a CMBH e para boa parte de seus servidores, gerou desafios logísticos, tecnológicos, de resultados e de gestão de pessoas. Para auxiliar na superação dos obstáculos referentes às mudanças na rotina de trabalho, foram disponibilizados dois guias e um informativo com regras que regem o trabalho remoto, além de uma série de orientações relevantes para gestores e servidores em geral. A partir de setembro/2021, a presença de pelo menos 20% do cada setor passou a ser exigida normativamente.

Funcionamento de protocolos

Nesse período, o atendimento presencial ao público externo e o funcionamento dos protocolos (Geral, Licitações e Legislativo) foram mantidos, em escala reduzida.

Informação ao público interno

A Casa promove internamente permanente campanha de divulgação de informações sobre condutas para evitar o contágio pelo novo coronavírus, por meio de notícias na Intranet, cartazes nas portarias e corredores e cartilhas especialmente produzidas contendo dicas e recomendações a serem seguidas durante a presença na sede do Legislativo

Ginástica laboral em casa

Mesmo em teletrabalho, os colaboradores da CMBH podem sofrer com problemas decorrentes da postura incorreta e do uso de mobiliário inadequado. O programa de ginástica laboral, que já era oferecido antes da pandemia, foi adaptado para que os cuidados sejam observados em casa. Foram disponibilizados aos servidores e demais agentes cartilha sobre ergonomia e vídeos com dicas de adequação postural e boas práticas a serem adotadas durante o *home office*.

Saúde mental em *home office*

Os serviços psicofuncionais e psicossociais já oferecidos aos servidores foram mantidos, agora de forma virtual, para auxiliá-los no exercício de suas funções, diante desta nova realidade. Além de uma série de vídeos com orientações importantes que vão auxiliar no enfrentamento ao estresse e na manutenção da saúde mental, também é oferecido aos servidores atendimento virtual por chamada de vídeo, via celular, em caso de necessidade de mais orientações.

Educação à distância

Buscando o aprimoramento pessoal e a qualificação dos recursos humanos da Casa durante o período de isolamento social, a Escola do Legislativo lançou nos meses de abril e maio dois novos cursos de educação à distância voltados para os servidores: “Oficina de Redação de Ofícios e Mensagens” e “Conheça a Câmara”. A Escola ainda sugeriu aos servidores uma lista de cursos online gratuitos, ofertados por diferentes órgãos e instituições, relacionados às atividades e interesses dos servidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório de prestação de contas aos cidadãos, com base nos princípios de transparência e publicidade, teve como objetivo atender termos do art. 10 da Lei nº 11.253/2020, no qual dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2021.

Integram este relatório os seguintes documentos relativos ao terceiro quadrimestre de 2021:

- a) Demonstrativo da execução orçamentária da despesa no quadrimestre;
- b) Relatório quadrimestral contendo a discriminação das despesas por item;

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2022.

RODRIGO DORNELAS SCOFIELD

Contador – CRCMG 079782

JULIANA ALKMIM GONÇALVES

Chefe da Divisão de Gestão Financeira

SIRLENE NUNES AREDES

Diretora de Administração e Finanças